

Resolução

*Dinamizar a Acção Reivindicativa e a Negociação Colectiva
Aumentar os Salários, Defender os Direitos, Melhorar as Condições de Trabalho*

Contra o desastre económico, exigir uma política alternativa

A presente crise económica e social que Portugal está a viver não tem solução no quadro das políticas que lhe deram origem. Sendo ela o resultado dos programas que os sucessivos Governos do PS, PSD e CDS, juntos ou coligados, impuseram ao país ao longo dos últimos 30 anos, a situação deteriorou-se muito rapidamente depois das medidas negociadas com a troika, de tal forma que a possibilidade de se entrar numa nova fase recessiva, de grande instabilidade económica e convulsão social, é cada vez mais real.

De facto, não é nem económica nem socialmente sustentável manter por muito mais tempo as medidas de austeridade já adoptadas e as que se anunciam para os próximos tempos. Elas têm um efeito devastador na quebra do investimento, no aumento do desemprego e na fragilização da protecção social, no custo de vida e na perda do poder de compra dos salários e das pensões e na diminuição do consumo, com graves consequências na redução da produção, da procura e do crescimento.

A cada dia que passa, fica ainda mais claro que as políticas “cegas” de cortes nos serviços públicos, nas funções sociais do Estado, na saúde, educação e segurança social e de imposição de constantes sacrifícios aos trabalhadores e ao povo português, conduzem a um beco sem saída. São políticas cuja única finalidade visa perpetuar e proteger os interesses dos accionistas e dos grandes grupos económicos e financeiros, para quem a exploração dos trabalhadores e a apropriação da riqueza não tem limites.

Portugal precisa de uma política alternativa que rompa com a política de direita. Uma política que salvguarde a soberania nacional e exija e renegociação da dívida, dos prazos e dos juros; aposte no sector produtivo, no crescimento da economia e na criação de emprego estável e com direitos; assegure uma justa distribuição da riqueza, com o aumento do poder de compra dos salários e das pensões, indispensável para a dinamização da procura interna; combata a fraude, evasão fiscal e a economia paralela e ataque de forma firme e decidida as políticas que visam perpetuar a pobreza; valorize o trabalho e a contratação colectiva, enquanto instrumento de progresso social e respeito os trabalhadores e trabalhadoras.

Agir por todos os meios ao nosso alcance, no sentido de combater a política de direita e o sistema capitalista que é responsável por significativos retrocessos sociais e civilizacionais, é uma tarefa urgente de todo o movimento sindical. São batalhas justas e necessárias que devemos travar com grande determinação e confiança. E porque são justas, vamos vencê-las!

Combater a política de agressão aos trabalhadores

A contratação colectiva é, simultaneamente, um elemento importante de participação dos trabalhadores na determinação das suas condições de trabalho e o meio de realizar a adaptação e regulação dessas condições à evolução económica e social da sociedade, garantindo assim a democratização das relações laborais. Desse modo, a contratação colectiva assume-se como fonte principal dos direitos laborais, lugar de aprofundamento da solidariedade da classe trabalhadora e instrumento privilegiado de desenvolvimento e progresso social.

A situação presente torna muito difícil realizar estes objectivos uma vez que os sucessivos planos de austeridade resultantes do memorando subscrito pelo PS, PSD e CDS com o FMI, UE e BCE, para além de conduzirem ao empobrecimento das famílias portuguesas, têm-se traduzido num confronto permanente com os direitos mais elementares dos trabalhadores, no aumento do desemprego e da precariedade, no boicote sistemático à negociação colectiva.

Os dados sobre o movimento da contratação colectiva, referentes ao 1º semestre deste ano, indicam para uma grande redução do número de convenções colectivas de trabalho publicadas e do número de trabalhadores abrangidos, face ao período homólogo do ano passado.

Esta situação, que só encontra paralelo em 2004, logo após a entrada em vigor do primeiro código do trabalho, decorre principalmente de três factores: i) uma forte e generalizada ofensiva contra a actualização dos salários; ii) a manutenção de problemas que foram identificados após a última revisão do código do trabalho, nomeadamente a utilização da caducidade como instrumento do patronato para fazer chantagem sobre os salários, os horários de trabalho e os direitos contratuais; iii) o aproveitamento da “crise” para pressionar a revisão da legislação laboral e um novo e brutal ataque aos direitos dos trabalhadores.

Os Governos do PS, do PSD e do CDS são os grandes responsáveis por esta situação, na medida em que são eles que têm determinado o rumo que tem sido seguido.

No sector privado, porque têm persistido em introduzir malfeitorias no código do trabalho que não só poem em causa o direito de contratação colectiva consagrado na CRP, como desequilibram a relação de forças a favor do patronato, o qual se sente incentivado a prosseguir a sua estratégia de boicote, chantagem e desvalorização da contratação colectiva.

Na Administração Pública, a ofensiva antilaboral tem sido desenvolvida, através da negação ou mesmo recusa da negociação, da redução do poder de compra dos salários do ataque a vínculos e carreiras; da imposição de medidas que visam provocar o desemprego, entre outras medidas desferidas contra os trabalhadores.

Nas empresas do sector empresarial do Estado, pela violação ostensiva da legislação do trabalho, impondo alterações aos conteúdos dos Acordos de Empresas, ou seja, os sucessivos governos, em vez de promoverem a contratação colectiva, acabam por serem agentes contra a sua efectivação, dinamização e valorização.

Resolução

Dinamizar a Acção Reivindicativa e a Negociação Colectiva; Aumentar os Salários, Defender os Direitos, Melhorar as Condições de Trabalho

Neste quadro, é imperioso garantir a negociação, valorizar a contratação colectiva, defender e efectivar os direitos laborais e sociais dos trabalhadores, tendo em atenção as seguintes prioridades:

- **Assegurar o exercício pleno do direito de contratação colectiva** consagrado na Constituição e nas convenções 89, 98 e 151 da OIT e a sua promoção como instrumento de diálogo, de distribuição da riqueza e de progresso social, quer no sector privado, quer na Administração Pública, o que passa pela revogação das normas mais gravosas do código do trabalho, nomeadamente a caducidade e a adesão individual dos trabalhadores às convenções colectivas de trabalho, assim como pela reposição do princípio do tratamento mais favorável, recolocando a lei no plano das garantias mínimas de protecção para todos os trabalhadores;
- **Combater as alterações pretendidas pelo Governo**, nomeadamente: i) a liberalização dos despedimentos, visando destruir o regime de protecção que é garantido pela CRP; ii) a “instituição legal” da precariedade dos vínculos contratuais, através do “contrato único” que instituiria a instabilidade laboral para toda a vida; iii) as alterações que têm o objectivo de aprofundar a desregulamentação ou facilitar ainda mais o incumprimento dos horários de trabalho por parte do patronato; iv) a “descentralização” da negociação colectiva, configurando uma clara e ilegítima tentativa de ingerência na autonomia dos sindicatos; v) as restrições à emissão de regulamentos de extensão;
- **Conquistar aumentos do poder de compra dos salários, incluindo do salário mínimo nacional**, condição necessária para uma efectiva melhoria das condições de vida e para a dinamização da procura interna, permitindo a manutenção e criação de empregos;
- **Promover o trabalho seguro e com direitos, contra os despedimentos e a precariedade** quer no sector privado quer na administração central, regional e local; restringir os contratos de trabalho não permanentes às actividades ou situações excepcionais de natureza claramente temporária, bem como o recurso ilegal aos “recibos verdes”;
- **Defender os serviços públicos, as funções sociais do estado** na saúde, educação e segurança social. Pela defesa da **água pública** como um direito universal. Por um **Poder Local** democrático capaz de servir as populações.

Agir e lutar pelo emprego, salários e direitos sociais

A acção e a luta sindical são determinantes para corresponder com êxito às duras batalhas que temos de travar. O futuro de Portugal passa por uma política alternativa que combata a perpetuação do poder dos grandes grupos económicos e financeiros, cujas fabulosas fortunas florescem à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores e da rapina dos recursos nacionais. É preciso colocar a economia ao serviço dos trabalhadores, do povo e do desenvolvimento económico e social do país.

A resposta que temos de dar exige acção planificada, por via da Acção Sindical Integrada, orientada nas seguintes direcções de trabalho:

- Esclarecimento, debate e mobilização dos trabalhadores, afirmando a contratação colectiva como um direito fundamental e inalienável da classe trabalhadora, **articulando o exercício efectivo da negociação colectiva com a acção reivindicativa nos locais de trabalho;**
- No plano geral, **coordenar a negociação e acção reivindicativa com o combate às políticas neoliberais** recessivas que conduzem ao agravamento da situação económica e financeira, lutando por políticas sociais justas que valorizem o trabalho e os trabalhadores, que assegurem o desenvolvimento, o progresso e a soberania do País.

Neste sentido, o Encontro sobre a Contratação Colectiva decide lançar uma forte **campanha de dinamização da acção reivindicativa** com:

- **A definição dos locais de trabalho prioritários**, nomeadamente os que tenham 250 trabalhadores ou menos (de acordo com as prioridades de cada sector), articulando as propostas reivindicativas com a dinamização de cada um dos processos de contratação colectiva, elaborando os respectivos planos de trabalho, responsabilizando toda a estrutura – Federações, Uniões e Sindicatos – a identificar, em cada nível, objectivos e metas concretas a atingir, no plano das reivindicações e no plano da organização no local de trabalho;
- **A articulação da acção reivindicativa com o trabalho de organização**, assegurando o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis, com especial atenção à participação, envolvimento e responsabilização de tarefas a todos os dirigentes e delegados sindicais, nomeadamente os que estão nas empresas. A concretização deste objectivo implica uma forte dinâmica sindical, assente no conhecimento da realidade do local de trabalho, da planificação da intervenção da actividade desenvolvida e a avaliação dos resultados obtidos assim como das perspectivas de acção futura.
- **A identificação de outras empresas consideradas estratégicas para o desenvolvimento da acção sindical**, assumindo a elaboração da Ficha de Intervenção Sindical em cada local de trabalho como elemento fundamental para conhecer a situação existente, estabelecer os objectivos e planificar a acção sindical.
- **O reforço da organização sindical de base**, o que pressupõe o aumento da sindicalização, a eleição e renovação de delegados sindicais e comissões sindicais, bem como a eleição de mais representantes para a saúde e segurança no trabalho. O reforço da organização implica ainda que se dê especial atenção à participação dos jovens e das mulheres

Com grande confiança e determinação vamos, a partir dos locais de trabalho, intensificar a luta reivindicativa pela defesa e melhoria dos direitos, por uma sociedade mais justa, solidária e de progresso social.

Vamos construir um Portugal com Futuro!

15-09-2011